

ATA N.º 01/2016

----- Ata da sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Cantanhede, realizada no dia 29 de fevereiro de 2016.-----

----- Aos 29 dias do mês de fevereiro de 2016, pelas 14,30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Cantanhede, em Sessão Pública Ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

1 - Apreciação de uma informação do Sr. Presidente da Câmara;-----

2 - Relatório Anual de Atividade da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Cantanhede e Plano de Ação para 2016;-----

3 - Eleição dos representantes da Assembleia Municipal de Cantanhede na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Cantanhede;-----

4 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Subsídio para obras;-----

5 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cadima / Subsídio para obras;-----

6 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cordinhã / Subsídio para obras;-----

7 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Febres / Subsídio para obras;-----

8 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Murtede / Subsídio para obras;-----

9 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ourentã / Subsídio para obras;-----

10 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Sanguinheira / Subsídio para obras;-----

- 11** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de São Caetano / Subsídio para obras;-----
- 12** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Subsídio para obras;-----
- 13** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pociça / Subsídio para obras;-----
- 14** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Portunhos e Outil / Subsídio para obras;-----
- 15** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Subsídio para obras;-----
- 16** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Beneficiação do Cemitério;-----
- 17** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Equipa de Sapadores Florestais;-----
- 18** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Semana do Desporto de Ançã;-----
- 19** - Apreciação, discussão e votação da proposta de correção de cabimentos referentes a subsídios atribuídos à freguesia de Murte de / Acordos de Execução;-----
- 20** - Apreciação, discussão e votação da proposta de correção de cabimentos referentes a subsídios atribuídos à freguesia de Febres / Acordos de Execução;-----
- 21** - Apreciação, discussão e votação da proposta de correção de cabimentos referentes a subsídios atribuídos à União das Freguesias de Cantanhede e Pociça / Acordos de Execução;-----
- 22** - Apreciação, discussão e votação da proposta de correção de cabimentos referentes a subsídios atribuídos à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de

Cima / Aquisição de Trator;-----

23 - Apreciação, discussão e votação da proposta de correção de cabimentos referentes a subsídios atribuídos à freguesia de Murtede / Subsídio para Obras;-----

24 - Apreciação, discussão e votação da proposta de correção de cabimentos referentes a subsídios atribuídos à freguesia da Tocha / Subsídio para Obras;-----

25 - Apreciação, discussão e votação da proposta de correção de cabimentos referentes a subsídios atribuídos à freguesia de São Caetano / Subsídio para Obras;-

26 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia da Tocha / Instalação de Circo no Largo da Feira da Tocha / Ocupação de Espaço Público;-----

27 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia da Sanguinheira / Desfile de Carnaval / Licença Especial de Ruído;-----

28 - Apreciação, discussão e votação da adenda ao Acordo de Execução de Delegação de Competências celebrado com a Freguesia de Sepins e Bolho / Triénio 2015-2017;-----

29 - Comunicação dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica dada pela Assembleia Municipal na sua sessão de 17/12/2014 / Para conhecimento;-----

30 - Apreciação, discussão e votação da 1.ª Revisão ao Orçamento e GOP's da Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2016;-----

31 - Apreciação, discussão e votação da Proposta de Delimitação da ARU – Área de Reabilitação Urbana da Cidade de Cantanhede, elaborada nos termos do n.º 2 do artigo 13.º da Lei n.º 32/2012, de 14 de Agosto;-----

32 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1973/2015 / Vitor Manuel Almeida dos Santos /

Sanguinheira – Freguesia da Sanguinheira;-----

3 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1984/2015 / Fernando Oliveira Ribeiro / Sanguinheira – Freguesia da Sanguinheira;-----

34 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1993/2015 / Licínio Jorge Marques dos Santos / Sanguinheira – Freguesia da Sanguinheira;-----

35 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 2004/2015 / António Jesus da Costa / Sanguinheira – Freguesia da Sanguinheira;-----

36 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 13730/2015 / José Gomes da Cruz / Arneiro Tecelão;-

----- Iniciada a sessão, o Sr. Presidente da Assembleia conferiu com a Mesa as presenças, ausências e substituições operadas, que foram as seguintes:-----

----- Justificação da falta do Sr. Dr. Carlos Alberto Miranda de Jesus Pessoa por motivos profissionais e substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Ançã, Sr. João Basílio Lopes Gonçalves Perdigão pela Secretária Catarina Isabel Milenta Rasteiro.-----

----- Presença dos restantes membros da Assembleia Municipal. -----

----- De seguida, foi presente a ata n.º 05/2015, da sessão da Assembleia Municipal de 11 de dezembro de 2015.-----

----- Não tendo havido qualquer intervenção quanto ao teor da ata n.º 05/2015, da sessão da Assembleia Municipal de 11 de dezembro de 2015, foi a mesma colocada a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia deu conhecimento do expediente chegado à Mesa da Assembleia, no período de 12 de dezembro de 2015 a 29 de fevereiro de 2016, informando que o mesmo se encontra disponível, a exemplo do que é hábito, para consulta de qualquer membro da Assembleia Municipal.-----

----- De seguida, deu início ao período Antes da Ordem do Dia, cujas intervenções ocorreram em função das inscrições efetuadas junto da Mesa da Assembleia, da seguinte forma:-----

----- Foi dada a palavra à Sr.^a Enf.^a Áurea Andrade, a qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, apresentou um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Dr. António Almeida Santos, subscrito pela bancada do Partido Socialista, do seguinte teor: *“Os deputados da Assembleia Municipal do Município de Cantanhede eleitos pelo Partido Socialista reunida em sessão ordinária pública a 29 de Fevereiro de 2016, apresentam e propõem a aprovação de um voto de pesar pelo desaparecimento do Dr. António Almeida Santos, ex-Presidente da Assembleia da República e Presidente Honorário do Partido Socialista. Almeida Santos foi Ministro da Coordenação Interterritorial, Ministro da Comunicação Social, Ministro da Justiça, Ministro-adjunto do Primeiro-ministro, Ministro de Estado e Ministro dos Assuntos Parlamentares e por último Presidente da Assembleia da República. Combatente desde sempre pelos valores da democracia nos tempos da ditadura e depois do 25 de Abril, António Almeida Santos conquistou a admiração e o respeito não só dos seus amigos e camaradas, mas também dos seus adversários políticos, devido à enorme elevação e humanismo que sempre evidenciou no exercício dos diversos cargos públicos que desempenhou ao longo da sua vida. Foi um dos grandes lutadores contra a ditadura, o que fez dele um homem de causas pela liberdade e direitos do povo Português. A sua enorme capacidade tribunicia fez dele, um terrível adversário da ditadura, também*

na defesa de presos políticos designadamente em Moçambique e depois do 25 de Abril um parlamentar incomparável. Os seus contributos para a construção da democracia em Portugal, os seus relevantes serviços prestados ao Partido Socialista e ao País fazem dele uma figura impar e inesquecível para todos os socialistas e para todos os democratas em geral. Assim, os deputados da Assembleia Municipal, eleitos pelo Partido Socialista, propõem que esta Assembleia delibere aprovar o presente voto de pesar, e manifestar à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo-lhe o teor do mesmo.” De seguida abordou, em nome da bancada do Partido Socialista, a problemática do Hospital Arcebispo João Crisóstomo e o Serviço Nacional de Saúde, descrevendo as iniciativas e tomadas de posição levadas a cabo pelo Partido Socialista de Cantanhede pela defesa do Hospital Arcebispo João Crisóstomo dentro do Serviço Nacional de Saúde e referindo que os deputados eleitos pelo PS reiteram a posição já assumida anteriormente, contra a passagem da gestão daquele Hospital para a gestão privada, considerando que a criação do SNS foi uma das maiores conquistas democráticas que garantiu o acesso à saúde a todos os cidadãos. Manifestam ainda o respeito por todos os profissionais daquela unidade hospitalar, defendem cuidados de saúde iguais para todos os cidadãos e manifestam ainda o seu apreço pela decisão do Sr. Ministro da Saúde que suspendeu as propostas em curso com vista à passagem da gestão de alguns hospitais para as Santas Casas da Misericórdia.-----

-----Falou de seguida o Sr. Dr. Luis Pato, o qual fez duas intervenções em nome da Bancada do Partido Socialista, sendo uma sobre o atraso nas obras do Parque Infantil, sito no Largo Cândido dos Reis, na Cidade de Cantanhede e o outra sobre a inexistência de um Regulamento para atribuição de subsídios pontuais a eventos culturais. Na primeira, manifestou a preocupação da sua bancada pelo atraso nas

obras do Parque Infantil, sito no Largo Cândido dos Reis, em Cantanhede, pelo perigo que representa e pela falta de segurança das crianças que frequentam diariamente aquele espaço que, segundo os responsáveis, não reúne condições e tem equipamentos bastante deteriorados. Propõem que, caso os equipamentos não reúnam condições nem possam ser intervencionados no imediato, se retirem do local até que sejam convenientemente reparados em consonância com as normas de segurança ou substituídos por novos. Na segunda, é referido que há quase dois anos que a Bancada do PS solicita, sem sucesso, junto do Sr. Vereador da Cultura um documento formal e sistematizado onde estejam plasmados, de forma objetiva, os critérios para a atribuição de subsídios pontuais a eventos culturais. Refere que, face ao tempo decorrido a Bancada do PS vem, mais uma vez, solicitar aquele documento, exigindo que este processo seja transparente e recordando que a cultura *“não tem dono, não é, nem pode jamais ser um ato de posse individual”*. -----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Febres, Dr. Carlos Alves, o qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, destacou a inauguração da Casa Carlos de Oliveira, agradecendo ao Executivo a reabilitação do imóvel onde Carlos de Oliveira viveu alguns anos da sua juventude, bem como aos técnicos da Câmara pela dedicação na recriação do ambiente em que foram escritas as suas obras. Informou ainda que, aquele espólio, cedido pela Dr.ª Ângela de Oliveira, inclui cerca de 3.000 livros, várias peças do mobiliário da sua moradia em Lisboa, o retrato da autoria de Lima de Freitas e alguns quadros pintados pelo próprio escritor. Tem ainda um espaço multimédia onde se podem visualizar filmes e documentários centrados na vida e na obra do escritor. Agradeceu também aos membros da Assembleia a sua presença naquele momento tão importante para a Freguesia de Febres. Referiu ainda que a inauguração da Casa Carlos de Oliveira

ficará para sempre ligada à abertura do Posto de Cidadão em Febres, espaço destinado a apoiar as pessoas, que vai facilitar a desburocratização e promover a literacia digital, interagindo digitalmente com a administração central. No mesmo sentido desafiou a Câmara Municipal a promover a criação de um balcão único, numa estratégia de aproximação dos serviços da autarquia aos seus cidadãos. Ainda sobre o mesmo assunto demonstrou a sua tristeza pela falta de comparência, num acontecimento desta relevância cultural, de uma figura do Estado ou de um seu representante, apesar dos convites efetuados. Finalmente, felicitou o Executivo pela XVIII edição do Ciclo de Teatro Amador que está a decorrer no Concelho e pela forma como decorreu a sua abertura, na Biblioteca Municipal, com a participação de todos os Grupos e a presença do humanista Ruy de Carvalho.-----

----- Interveio o Sr. Mário Miranda de Almeida, o qual após cumprimentar todos os presentes, elogiou a Junta de Freguesia de Vilamar e Corticeiro de Cima, bem como os serviços camarários pelas obras realizadas no Corticeiro de Cima. De seguida teceu algumas considerações acerca do Posto Médico do Corticeiro de Cima bem como sobre os últimos desenvolvimentos conhecidos, nomeadamente, sobre o ofício recebido pela Câmara Municipal e sobre o facto do Senhor Presidente da ARS, em dezembro último, na Figueira da Foz, ao presidir à inauguração do Posto Médico de Lavos, ter prometido a possibilidade de reabrir outro posto médico na Marinha das Ondas, alimentando assim ilusões. Felicitou a Câmara Municipal por ter chegado ao fim do ano com as contas em dia e registou com agrado o desenvolvimento do Concelho. Felicitou ainda a Direção da Adegua Cooperativa de Cantanhede pela qualidade dos seus produtos e pelos trofeus conquistados.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes colocou à votação a aceitação da proposta para atribuição de um Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Dr. António Almeida Santos, a qual foi aceite por unanimidade. -----

----- Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Dr. Carlos Fernandes, o qual informou que, se a Bancada do PS não se opor, a Bancada do PSD deseja associar-se à proposta do Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Dr. António Almeida Santos.-----

----- Questionados os proponentes sobre aquela adesão, os mesmos não se opuseram, tendo o Sr. Presidente da Mesa colocado a votação, por escrutínio secreto, o Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Dr. António Almeida Santos, o qual foi aprovado, por maioria, com 31 votos a favor e 2 abstenções.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, após fazer uma pequena reflexão sobre as atas da Assembleia Municipal, as quais se têm revelado muito extensas, apelou a que todos os membros fossem claros e concisos, tendo ainda recordado que as mesmas se destinam a reproduzir de forma resumida o que de importante foi referido, quer das intervenções orais, quer das intervenções escritas.-----

----- Deu, de seguida, a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual, após cumprimentar todos os presentes, referiu que alguns dos assuntos abordados têm sido discutidos ao longo do tempo pelo que nada mais tem a acrescentar ao que se tem dito. Relativamente à questão do Parque Infantil aqui em Cantanhede, informou que o mesmo se encontra em fase de análise de projetos, prevendo-se que muito em breve será adjudicado. Acrescentou que a remoção do equipamento existente está contemplado na empreitada, por isso é que ainda não foi retirado. Recordou ainda que, o referido parque foi encerrado na sequência de uma intervenção da ASAE, conforme informação indicada no próprio parque e que os pais

devem ser os primeiros a ser sensibilizados no sentido de não permitirem que as crianças frequentem aquele parque. Sobre a eventualidade de, mais tarde, aquele parque infantil poder ser desativado e passar para outro local, referiu ser uma discussão pública, embora considere que o Parque Verde da Quinta de São Mateus fosse um local preferível ao Largo onde se encontra atualmente. Relativamente aos parques infantis espalhados pelo concelho e por força da nova legislação informou que, após o arranjo de todos, há intenção de protocolar com as Juntas de Freguesia a manutenção e a vigilância dos mesmos. Relativamente à Declaração de Voto apresentada pela Bancada do Partido Socialista sobre o Hospital Arcebispo João Crisóstomo, referiu que, na grande maioria, os assuntos referidos têm vindo a ser discutidos, não só pelo Partido Socialista, mas também pelo Executivo que tem manifestado ao longo do tempo a sua posição sobre o assunto. Recordou ainda que o entendimento do Executivo sempre foi, tal como o do Partido Socialista, a manutenção do serviço público e nunca a transição da gestão do Hospital para a Misericórdia. Acrescentou que, o atual Governo cancelou as transições para as Misericórdias, e referiu-se ao Hospital da Mealhada, gerido pela Misericórdia, como prestador de um serviço de qualidade. Recordou ainda que, nos últimos anos, assistiu-se a um decréscimo da dotação orçamental do Hospital Arcebispo João Crisóstomo, fruto da anterior política governamental esperando-se que, de futuro, haja algum reforço para se poder continuar com a cirurgia de ambulatório, os cuidados paliativos, os cuidados continuados e com as consultas abertas, tudo conseguido em 2007, depois do Protocolo assinado com o então Ministro da Saúde, Dr. António Correia de Campos. Recordou ainda que, à época, foi a Assembleia Municipal que, em consenso, produziu um documento que ele próprio levou ao Ministro da Saúde, tendo conseguido que fosse assinado e assim, apesar de se ter perdido o Serviço de Urgência Básico,

ficou o funcionamento da consulta aberta entre as oito da manhã e a meia-noite, do qual se pode fazer um balanço positivo. Concluiu que, o grande desafio continua a ser manter a gestão do Hospital na esfera pública, manter a cirurgia de ambulatório e as consultas abertas, as quais devem ser reforçadas em todas as especialidades e fazer pressão junto do atual Governo e continuar atentos, porque em termos políticos, não se sabe quais as intenções do Ministério da Saúde.-----

----- Interveio o Sr. Prof. Abel Carapêto, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, afirmando que o PS está e estará sempre na defesa dos interesses do concelho de Cantanhede e defenderá, como sempre defendeu, a abertura do Posto Médico do Corticeiro e a manutenção do Hospital de Cantanhede na esfera do Serviço Nacional de Saúde. Recordou que o motivo que levou os membros da Bancada do PS a sair da Comissão eleita em defesa do Hospital foi o facto de a Câmara Municipal ter feito um acordo prévio no sentido do Hospital passar para a Misericórdia mas com algo em troca, de facto contra a intenção do PS, que não quer que o Hospital saia do Serviço Nacional de Saúde. Por outro lado, afirmou que, se for possível melhorar aqueles serviços, então irão lutar por isso, pois foram eleitos para defender os interesses do Concelho e não políticas governamentais ou orientações políticas e que, se já contrariaram políticas do governo PSD, se for necessário também contrariarão políticas do governo PS. De seguida, relativamente ao esvaziamento de competências do Tribunal de Cantanhede recordou que, desde o dia 1 de Setembro de 2014 foi desclassificada a comarca de Cantanhede tendo sido integrada na comarca de Coimbra e que, desde a primeira hora, os vereadores e os Membros da Assembleia do PS, quando a anterior Ministra da Justiça começou a reforma judiciária, se manifestaram contra aquele processo. Referiu ainda que, lamentam a total ausência de respostas do anterior governo do PSD e vislumbram

novas oportunidades através do novo Governo do PS e com a atual Ministra da Justiça que tem um grupo de peritos a estudar a nova reforma judiciária. Assim, reiteram a defesa pela recuperação das competências do Tribunal de Cantanhede e a recuperação da comarca de Cantanhede, continuando a defender uma justiça de proximidade, ao lado da população do concelho e na defesa de uma melhor e mais célere justiça. Relativamente à requalificação da linha de comboio de Cantanhede, referiu que os vereadores e os Membros da Assembleia do PS, desde sempre, defenderam a requalificação da linha ferroviária entre Coimbra e a Figueira da Foz via Pampilhosa e que continuarão a defendê-la, pois consideram que a modernização daquela linha de comboio será uma alavanca no desenvolvimento económico para as empresas dos concelhos de Cantanhede, Mealhada, Coimbra e Figueira da Foz. Finalmente, referindo-se ao conteúdo das atas da Assembleia Municipal, afirmou que consideram que tudo o que consta dos documentos entregues à Mesa é importante pelo que devem constar na íntegra daquele documento.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes referiu que a competência da realização das atas é da Mesa e que, obviamente, tudo o que é tratado na sessão é relevante, quer provenha de uma bancada ou de outra, pelo que, nos termos da Lei e do regimento, constará da ata a súmula de todas as coisas importantes que forem ditas.-----

----- Deu, de seguida, a palavra à Sr.ª Presidente da Junta da União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, Prof.ª Aidil Machado, a qual, após cumprimentar todos os presentes, felicitou o Executivo da Câmara Municipal de Cantanhede pela realização do XVII Ciclo de Teatro Amador que se encontra a decorrer.-----

----- Interveio ainda a Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia de Cadima, Dr.ª Marise Pessoa, a qual após cumprimentar todos os presentes, informou que, no passado dia

10 de Fevereiro, no EUROPARQUE de Santa Maria da Feira, foram distinguidas 6 empresas do concelho de Cantanhede como PME de excelência 2015, estatuto atribuído pelo IAPMEI, com a parceria do Turismo de Portugal e os Bancos a operar no mercado nacional, manifestando o reconhecimento por aquela distinção e que poderá servir de incentivo a todas as empresas do concelho, bem como servir de estímulo para a criação e instalação de novas empresas, refletindo-se positivamente no tecido empresarial e na empregabilidade no concelho de Cantanhede.-----

----- Falou também o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Dr. Carlos Fernandes, o qual, demonstrou a preocupação da Bancada do PSD relativamente ao futuro do Hospital e de todos os utentes daquele espaço e, comungando da vontade em que o Hospital continue na esfera pública, espera que o modelo que vier a ser implementado permita trazer melhorias, garantindo melhores condições para os funcionários, mais consultas de especialidades em horário alargado e que vá ao encontro das necessidades das populações. Relativamente à questão do Regulamento para atribuição de subsídios às Associações Culturais, dando exemplos com os critérios utilizados pela Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, concluiu que todos são subjetivos, revelando-se uma metodologia bem pior do que a que é efetuada pelo Executivo Municipal.-----

----- Interveio o Sr. Manuel Augusto, o qual, após cumprimentar todos os presentes, teceu algumas considerações críticas sobre as intervenções dos elementos da Bancada do PS e recordou que tanto a Câmara e a Assembleia Municipal, bem como os próprios Membros da Assembleia Municipal, têm as suas competências e as suas obrigações, pelo que, ninguém pode obrigar a Mesa da Assembleia a colocar, em ata, integralmente as intervenções de cada Membro, nem obrigar o Sr. Vereador da Cultura a produzir qualquer Regulamento.-----

----- Foi, de seguida, dada a palavra ao Sr. João Paulo Vagos, o qual, após cumprimentar todos os presentes, apelou, não para a construção de mais infraestruturas mas sim para a rentabilização das infraestruturas existentes e disponíveis, exemplificando com o Pavilhão Desportivo de Ançã Futebol Clube, o qual atualmente serve de apoio ao Centro Escolar e poderia também servir a população. Recordou que a autarquia apoiou a reconstrução daquele pavilhão tendo concedido um subsídio de 21.402,00 € ao Ançã Futebol Clube e que o pavilhão em causa continua apenas a ser utilizado pelos alunos do Centro Escolar, os quais não podem utilizar os balneários por não reunirem condições.-----

----- Respondeu o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura que, o subsídio atribuído teve em vista resolver, definitivamente, um conjunto de irregularidades existentes naquele pavilhão, tendo sido celebrado um protocolo com o Ançã Futebol Clube, do qual resultou também a utilização daquele espaço pelo Centro Escolar, rentabilizando aquele espaço durante o dia. Referiu estar convencido que, muito brevemente, aquele pavilhão será também colocado à disposição da comunidade no período pós-laboral, numa perspetiva de que aquele equipamento deve ser utilizado pela população. De seguida e respondendo ao Sr. Prof. Abel Carapêto, afirmou, relativamente ao assunto do Hospital Arcebispo João Crisóstomo, que em nenhum momento, existiu qualquer tipo de acordo prévio em caso de passagem daquele Hospital para a Misericórdia, porque se assim fosse, não seria necessário ter criado aquela Comissão e por outro lado o Hospital continua na esfera pública. Finalmente, expressou a sua preocupação pelo futuro do Hospital Arcebispo João Crisóstomo, receando que se torne meramente um hospital para cuidados continuados e de retaguarda dos Hospitais da rede nacional. Apelou ainda para que todos continuem a lutar pela manutenção daquela unidade hospitalar nos moldes atuais.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrado o período antes da ordem do dia.-----

----- De seguida o Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes informou que, do **Ponto 31 ao Ponto 36**, se tratam de propostas do Departamento de Urbanismo, e a pedido do Executivo questionou todos os presentes na sessão sobre a possibilidade de serem apreciados no início da ordem do dia, proposta que foi aceite por todos os presentes. -----

----- **Passou-se, assim, ao Ponto 31 - «Apreciação, discussão e votação da Proposta de Delimitação da ARU – Área de Reabilitação Urbana da Cidade de Cantanhede, elaborada nos termos do n.º 2 do artigo 13.º da Lei n.º 32/2012, de 14 de Agosto»:**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual, após informar que estavam presentes na sessão a equipa do Urbanismo chefiada pelo Sr. Eng.º António Abreu, tendo em vista uma explicação mais detalhada, procedeu a uma breve introdução ao enquadramento do tema em causa, informando, nomeadamente, que o projeto se destina apenas à sede do Concelho, isto é, à Cidade de Cantanhede, com a possibilidade de se estender também aos privados que poderão, também eles recorrer a instrumentos financeiros e fazer a reabilitação de seus prédios, quer sejam habitacionais ou comerciais. Informou ainda que, se trata de financiamento comunitário a fundo perdido em que o Município poderá ir buscar cerca de 85% e aplicar 15% de capitais próprios e que, após a aprovação pela Assembleia será discutido e avaliado no âmbito do +Centro.-----

----- Foi, de seguida dada a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Helena Teodósio, a qual após cumprimentar todos os presentes, apresentou toda a equipa que se debruçou sobre o projeto da ARU, nomeadamente, o Sr. Diretor do

Departamento de Urbanismo, Eng.º António Abreu, os Chefes de Divisão, Dr.ª Isabel Matos e Eng.º Nuno Nogueira e um representante da firma GEOATRIBUTO. Ld.ª. De seguida recordou que, a Câmara decidiu, já o ano passado, avançar com o processo de delimitação de área de reabilitação urbana do centro urbano de Cantanhede, a qual teve várias fases. Informou ainda, de uma forma geral, aquela área abrangerá na cidade uma área de 65,5 ha, nomeadamente, o núcleo mais antigo da cidade, e com os seguintes limites: - a sul, até a Rua Padre Américo junto à linha férrea; - a este, na parte do cemitério e do parque da EXPOFACIC; - a norte, entre o cruzamento da Rua Engenheiro Amaro da Costa com a Rua Luis Correia Martins, na zona da Adega; - a oeste a zona da Rua Sá Carneiro e Rua Capitão Salgueiro Maia. Abrangerá cerca de 1998 indivíduos que vivem nesta zona, 858 famílias, 730 edifícios, sendo que aquela firma irá proceder à qualificação das edificações, nomeadamente, classificando o estado dos edifícios como bom, razoável, mau, muito mau ou em ruína. O projeto inclui ainda a criação de uma ciclovia que irá ligar o centro da cidade à zona industrial, e em termos do PEDU, área social, haverá uma tentativa de investir na zona do chamado Bairro Vicentino. Referiu a importância do projeto para os edifícios públicos e para toda aquela área da Cidade, nomeadamente, as zonas envolventes, mas também, para o investimento privado, que se pretende ser um estímulo à dinamização da recuperação das propriedades privadas, uma vez que os proprietários poderão usufruir de certos benefícios fiscais.-----

----- Interveio de seguida o Sr. Diretor do Departamento de Urbanismo, Eng.º António Abreu, o qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, informou que, conforme definido por Lei, por ARU - Área de Reabilitação Urbana, designa-se a *“área territorialmente delimitada que, em virtude da insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas, dos equipamentos de utilização*

coletiva e dos espaços urbanos e verdes de utilização coletiva, designadamente, no que se refere às suas condições de uso, solidez, segurança, estética ou salubridade, justifique uma intervenção integrada, através de uma operação de reabilitação urbana aprovada em instrumento próprio ou em plano de pormenor de reabilitação urbana”.

Informou ainda que, na prática, se trata de elaborar um plano que posteriormente permita à Câmara executar uma serie de ações no território abrangido e, no fundo, transforme para melhor a cidade de Cantanhede. Recordou que, já há muitos anos que a Cidade não sofre intervenções de fundo na sua área urbana, tendo apenas existido algumas intervenções pontuais e que a mais significativa intervenção feita há já alguns anos foi a da Praça Central. De seguida informou que, o que a Assembleia Municipal, de acordo com a lei tem que aprovar, é a memória descritiva que fundamenta a elaboração daquela área de reabilitação urbana, o quadro dos incentivos fiscais inerentes e ainda a planta de delimitação urbana. Relativamente ao quadro de incentivos fiscais definidos, também de acordo com a legislação e dos Estatutos dos Benefícios Fiscais, informou que, os mesmos se refletem: - No IMI, para os prédios urbanos objetos de ações de reabilitação ficando passíveis de isenção por um período de 5 anos a contar do ano inclusive da conclusão da referida reabilitação, podendo ser renovado por um período de 5 anos; - No IMT, em que são passíveis de isenção aquisições de prédios urbanos ou da fração autónoma do prédio urbano destinados exclusivamente à habitação própria e permanente na primeira transmissão onerosa do prédio reabilitado; - No IRS, com uma dedução à coleta de 30% dos encargos suportados pelos proprietários relacionados com a reabilitação até um limite de 500,00€; - Nas mais-valias, da tributação à taxa reduzida de 5%, quando estas estejam inteiramente relacionadas com a alienação de imóveis reabilitados e localizados em ARU e recuperados nos termos da respetiva estratégia da reabilitação

urbana; - Quanto à questão dos rendimentos prediais, a tributação à taxa reduzida de 5%, quando o rendimento seja inteiramente decorrente do arrendamento de imóveis localizados em ARU; - Quanto ao IRC, um conjunto de benefícios, tais como uma isenção, desde que pelo menos 75% dos seus ativos sejam imóveis sujeitos a ações de reabilitação localizada em ARU; - No âmbito dos fundos de investimento, da tributação das unidades e participação à taxa social de 10% em sede de IRS e IRC; - A redução do IVA à taxa reduzida de 6% em empreitadas de reabilitação urbana, tal como se encontra definido já em legislação específica sobre a matéria. Informou ainda que, na memória descritiva está definida a forma como é possível aceder àqueles benefícios, uma vez que obedece a um procedimento relacionado com o nível de conservação dos edifícios.-----

----- Pediu a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Dr. Carlos Fernandes, o qual solicitou que fosse feita uma breve descrição da área incluída.-----

----- Pediu ainda a palavra o Sr. Prof. Abel Carapêto, o qual afirmou que, de facto, o projeto em causa é uma mais-valia para Cantanhede e relativamente ao quadro de incentivos, questionou se se trata de uma proposta da Câmara ou se se trata de uma proposta que está associada ao projeto, comum a todos as ARU's.-----

----- Respondeu o Sr. Diretor do Departamento do Urbanismo, Eng.º António Abreu que, há incentivos decorrentes da própria legislação, nomeadamente, do Estatuto dos Benefícios Fiscais e outros que foram aprovados pela Câmara aquando da elaboração da proposta de delimitação da ARU. De seguida e conforme solicitado procedeu à identificação mais detalhada da toda a área abrangida pelo projeto. Finalmente, relativamente à questão dos privados, acrescentou que a reabilitação do espaço urbano privado é uma questão que, no fundo, ultrapassa a Câmara, podendo, no entanto, serem criadas medidas para incentivar essa reabilitação.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 31 - «Apreciação, discussão e votação da Proposta de Delimitação da ARU – Área de Reabilitação Urbana da Cidade de Cantanhede, elaborada nos termos do n.º 2 do artigo 13.º da Lei n.º 32/2012, de 14 de Agosto»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o mesmo solicitou que o Sr. Diretor do Departamento de Urbanismo, Eng.º António Abreu, procedesse às explicações que entendesse necessárias sobre os pontos 32, 33, 34, 35 e 36, respeitantes à aprovação do interesse público de várias explorações agropecuárias.-

----- Foi dada a palavra ao Sr. Diretor do Departamento de Urbanismo, Eng.º António Abreu, o qual recordou que, conforme já foi referido na Assembleia Municipal anterior, decorrente de uma nova legislação, é permitida a legalização de diversas unidades industriais ou pecuárias, através de um procedimento excecional de regularização. Acrescentou que, através de circular, foi comunicado que as Câmara poderiam ainda aceitar e apreciar processos novos, bem como submete-los à Assembleia Municipal porque iria haver condições para, independentemente do prazo ter terminado em Janeiro, esses processos ainda poderem ser analisados e resolvidos no âmbito da comissão que irá ser constituída pelas diferentes entidades interessadas nos processos. De seguida procedeu à identificação e caracterização dos processos referentes aos pontos em análise.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 32 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1973/2015 / Vitor Manuel Almeida dos Santos / Sanguinheira – Freguesia da Sanguinheira»**:-----

----- Pedido a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Dr. Carlos Fernandes, o qual reiterou a declaração de voto apresentada na última sessão sobre o mesmo assunto, com a qual a Junta de Freguesia continua a concordar e, informou que, apesar disso, irá votar favoravelmente aqueles pontos apenas como forma de apoio àquelas pequenas explorações distantes da freguesia de Murte.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 32 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1973/2015 / Vitor Manuel Almeida dos Santos / Sanguinheira – Freguesia da Sanguinheira»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 33 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1984/2015 / Fernando Oliveira Ribeiro / Sanguinheira – Freguesia da Sanguinheira»**:-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 33 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1984/2015 / Fernando Oliveira Ribeiro / Sanguinheira – Freguesia da Sanguinheira»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 34 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1993/2015 / Licínio Jorge Marques dos Santos / Sanguinheira – Freguesia da Sanguinheira»**:-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 34 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do**

Interesse Público Municipal / Processo n.º 1993/2015 / Licínio Jorge Marques dos Santos / Sanguinheira – Freguesia da Sanguinheira», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao Ponto 35 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 2004/2015 / António Jesus da Costa / Sanguinheira – Freguesia da Sanguinheira»:-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o Ponto 35 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 2004/2015 / António Jesus da Costa / Sanguinheira – Freguesia da Sanguinheira», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao Ponto 36 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 13730/2015 / José Gomes da Cruz / Arneiro Tecelão»:-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o Ponto 36 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 13730/2015 / José Gomes da Cruz / Arneiro Tecelão», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Concluídos aqueles Pontos, entrou-se de seguida no Ponto 1 da Agenda de Trabalhos - «Apreciação de uma informação do Sr. Presidente da Câmara»:

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento da documentação entretanto entregue.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa passou ao **Ponto 2 - «Relatório Anual de Atividade da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Cantanhede e Plano de Ação para 2016»**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Vereador do Pelouro da Ação Social, Dr. Pedro Cardoso, o qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, transmitiu, da parte da Comissão de Proteção, Crianças e Jovens, uma palavra de agradecimento e de reconhecimento quer, ao Senhor Presidente da Assembleia, quer ao Senhor Presidente da Câmara, pelo facto de darem alguma importância ao trabalho daquela Comissão. De seguida referiu que, a avaliação do trabalho realizado pela CPCJ de Cantanhede é bastante positiva, apesar da complexidade das situações com que se deparam e da exigência, quer do ponto de vista técnico, quer humano, para as respostas dadas. Referiu-se à importância da intervenção precoce, fundamental para acautelar várias situações e a uma maior articulação com as instituições, dando continuidade a uma cultura de proximidade institucional. Finalmente, procedeu a uma breve análise do Relatório Anual de 2015, bem como do Plano de Ação para 2016, reforçando que o trabalho importante continua a ser a prevenção. Em termos de números, informou que transitaram 117 processos para o presente ano, um número ainda bastante significativo e que os motivos que têm levado a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens a intervir coexistem com negligência, exposição a comportamentos que podem comprometer o bem-estar e o desenvolvimento da criança, nomeadamente, violência doméstica, consumo de estupefaciente, caso em que criança e jovens assumem comportamentos que afetam o seu bem-estar e o desenvolvimento a que os pais se oponham de forma adequada, maus tratos psicológicos, abuso emocional e situações de perigo em que está em causa o direito à educação, nomeadamente, o abandono escolar e o absentismo.-----

----- A Assembleia tomou conhecimento.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 3 - «Eleição dos representantes da Assembleia Municipal de Cantanhede na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Cantanhede»:**-----

----- Voltou a intervir o Sr. Vereador, Dr. Pedro Cardoso, informando que, decorrente de alteração legislativa, os mandatos das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens passaram a ser de 3 anos pelo que é necessário proceder a nova eleição. No entanto considerou que seria bom, os elementos anteriormente eleitos, continuarem o trabalho já desenvolvido, porque têm processos em curso nos quais estão envolvidos. Referiu ainda que houve uma conversa com as duas bancadas nesse sentido.-----

----- Interveio o Sr. Prof. Abel Carapêto, o qual confirmou que foi contactado pelo Sr. Vereador Pedro Cardoso, o qual propôs que fosse apresentada uma proposta conjunta com a indicação dos elementos anteriormente designados, com o argumento de facto que eles estão a desenvolver um trabalho meritório, que estão interessados em continuar a desenvolver esse trabalho e que a Comissão está agradada com o trabalho que eles estão a desenvolver. Assim, referiu que, havendo interesse de ambas as partes, a bancada do PS não põe qualquer objecção ao solicitado e reconhece àquelas pessoas o mérito do trabalho que dedicam à causa, de grande nobreza.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, apresentou então uma proposta subscrita pela Bancada do P.S.D. e pela bancada do P.S., propondo os Sr.s Dr. José de Sousa Luis, Dr.ª Olga Maria Gomes Alves, Dr.ª Laura Maria Mateus Domingues Costa e Dr.ª Maria de Fátima Lopes.-----

----- Colocada a votação aquela proposta, por escrutínio secreto, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes informou que os assuntos do **Ponto 4** ao **Ponto 15** tratam de atribuição de subsídios a várias Juntas de Freguesia, pelo que seriam analisados em conjunto, sendo, seguidamente, votados individualmente.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Helena Teodósio, a qual informou que, efetivamente, se tratam de subsídios atribuídos às freguesias para realização de obras que cada Junta entendeu realizar. Informou ainda que, das 14 Juntas não foram contempladas a União de Freguesias de Covões e Camarneira e a União de Freguesias de Sepins e Bolho porque, entenderam os seus Executivos, incluir aquelas verbas nos contratos interadministrativos que já foram objeto de deliberação. Assim, passou a especificar quais os subsídios atribuídos, nomeadamente: - Atribuição de subsídio à freguesia de Ançã de 25.000,00 €, para a requalificação do cemitério e para a construção do dique do Paul da Ribeira de Ançã; - Atribuição de subsídio à freguesia de Cadima de 20.000,00 €, para a requalificação do cemitério, recuperação da fonte do Porto Sobreiro e espaço envolvente e requalificação do estaleiro da Junta de Freguesia; - Atribuição de subsídio à freguesia da Cordinhã de 10.000,00 €, para obras de requalificação do mercado da Cordinhã; Atribuição de subsídio à freguesia à freguesia de Febres de 40.000,00 €, para participar na requalificação da sede da junta de freguesia; - Atribuição de subsídio à freguesia de Murte de 8.000,00 €, destinado a participar na requalificação do cemitério; - Atribuição de subsídio à freguesia de Ourentã de 3.000,00 €, para participar obras de beneficiação do Parque de Lazer das Sete Fontes; - Atribuição de subsídio à freguesia da Sanguinheira de 10.000,00 €, destinado a participar

nas obras de requalificação do antigo jardim-de-infância no largo de S. João e do cemitério;- Atribuição de subsídio à freguesia de S. Caetano de 6.293,00 €, para obras de requalificação do parque de lazer da Fonte Velha; - Atribuição de subsídio à freguesia da Tocha no valor de 10.000,00 €, para a requalificação do cemitério e aquedutos daquela freguesia; - Atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça no montante de 10.000,00 €, para participar nas obras de requalificação no Largo das Festas, no lugar da Póvoa da Lomba; - Atribuição de subsídio à União das Freguesias de Portunhos e Outil no montante de 13.342,00 €, destinado a participar nas obras de requalificação dos cemitérios e do estaleiro daquela União de Freguesias; - Atribuição de subsídio à União de Freguesias de Vilamar e Corticeiro no montante de 6.438,00 €, para participar na realização da pista pedonal naquela freguesia.-----

----- **Passou-se, de seguida, à discussão do Ponto 4 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Subsídio para obras»:**-----

----- Foi dada a palavra à Sr.ª Secretária da Junta de Freguesia de Ançã, a qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, em nome do Presidente da Junta de Freguesia de Ançã, Sr. João Perdigão, agradeceu à Câmara Municipal de Cantanhede a atenção que tem prestado às obras do cemitério de Ançã, obras que a freguesia de Ançã gostaria de ter concretizado há muitos anos mas que, apenas agora foi possível com a ajuda da Câmara Municipal.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 4 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Subsídio para obras»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 5 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cadima / Subsídio para obras»:**-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 5 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cadima / Subsídio para obras»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 6 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cordinhã / Subsídio para obras»:**-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 6 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cordinhã / Subsídio para obras»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 7 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Febres / Subsídio para obras»:**-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 7 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Febres / Subsídio para obras»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 8 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Murtede / Subsídio para obras»:**-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 8 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Murte de / Subsídio para obras»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 9 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ourentã / Subsídio para obras»**:-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 9 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ourentã / Subsídio para obras»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 10 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Sanguinheira / Subsídio para obras»**:-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 10 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Sanguinheira / Subsídio para obras»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 11 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de São Caetano / Subsídio para obras»**:-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 11 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de São Caetano / Subsídio para obras»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 12 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Subsídio para obras»:**-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 12 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Subsídio para obras»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 13 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça / Subsídio para obras»:**-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 13 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça / Subsídio para obras»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 14 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Portunhos e Outil / Subsídio para obras»:**-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 14 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Portunhos e Outil / Subsídio para obras»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 15 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Subsídio para obras»:**-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 15 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Subsídio para obras»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 16 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Beneficiação do Cemitério»**:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Helena Teodósio, a qual, recordando as palavras da Sr.ª Secretária da Junta de Freguesia de Ançã, Dr.ª Catarina Rateiro, informou que o único cemitério de Ançã estava praticamente esgotado, tendo a Junta de Freguesia entendido adquirir um terreno que teve o seu custo. Aquela Junta conversou com a Câmara, entendeu que a aquisição do terreno seria, de acordo com os acertos que fizeram com o proprietário pago em vários anos e optou que a verba deliberada anteriormente fosse para pagamento do referido terreno. Acrescentou que as obras e o projeto foram feitos pela Câmara, obras essas faseadas e de vulto pois o terreno não é fácil e que o valor do subsídio atribuído é de 10.000,00 €, na semelhança do que já aconteceu com as restantes freguesias, que entenderam aplicar parte do subsídio para os cemitérios, e mesmo assim, a Câmara complementou com outro tipo de apoio. -----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 16 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Beneficiação do Cemitério»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 17 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Equipa de Sapadores Florestais»:**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual informou que, à semelhança do que tem acontecido em anos anteriores, a Câmara Municipal tem participado os trabalhos de silvicultura preventiva realizados pela equipa de sapadores da Tocha, conforme consta da informação transmitida a todos os Membros.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 17 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Equipa de Sapadores Florestais»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 18 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Semana do Desporto de Ançã»:**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual informou que a Junta de Freguesia de Ançã promoveu uma Semana do Desporto naquela Freguesia, tendo solicitado apoio à Câmara. Informou ainda que, perante a documentação recebida, foi atribuído um subsídio de 1.000,00 € para participar aquele evento.-----

----- Interveio o Sr. Dr. Luis Pato, o qual informou que a intenção de voto da Bancada do PS será de abstenção, apesar de nada ter contra o desporto e os eventos realizados nesse âmbito, aspeto esse que se estende a qualquer atividade de cariz cultural, mas sim com a falta de critérios claros e concisos em relação à atribuição de subsídios naquelas áreas.-----

----- Respondeu o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, que ele próprio detém o pelouro do Desporto e, como tal, tem poder discriminatório na atribuição de subsídios para aquela área. Acrescentou que, tal como acontece com a atribuição de subsídios na Cultura, a atribuição dos subsídios na área do Desporto é baseada nas despesas apresentadas pelas várias entidades, correspondentes a cada evento realizado. Informou ainda que, há dois momentos no ano em que são atribuídos subsídios, nos quais se fala com os representantes das Associações e com as direções dos Clubes desportivos, se conversa, explicam-se os critérios e aceitam-se sugestões. Referiu ainda que, pelo silêncio dos mesmos, se entende que há uma aceitação dos critérios sugeridos. Acrescentou que, ao longo do ano, especialmente na preparação do orçamento e na preparação das épocas desportivas, define-se com os clubes qual a disponibilidade no orçamento, aprovado na Assembleia Municipal, para a cultura e para o desporto. Assim, quando casuisticamente, qualquer associação resolve promover uma semana do desporto, como foi o caso da Junta de Freguesia de Ançã, fica sujeito ao poder discricionário do Executivo, neste caso do vereador com o pelouro do desporto, que se baseia num conjunto de critérios que tem seguido ao longo do tempo e conseguir propor um subsídio para o evento em causa. De seguida deu alguns exemplos de Associações que pretendiam promover alguns eventos e que, face à disponibilidade das verbas que poderiam ser atribuídas pela Câmara, tiveram necessidade de alterar aqueles eventos ou conseguir patrocinadores externos, como foi o caso da União Desportiva da Tocha e do Marialvas. Esclareceu ainda que, no caso concreto das Semanas do Desporto está definido um *plafond* máximo de 1.000,00 € para atribuir para as despesas que nos são apresentadas num valor de 3.000,00 €, e se forem apresentadas despesas que ultrapassem os 3.000,00 €, geralmente a Câmara comparticipa um terço daquelas despesas até ao limite de

1.000,00 €, perante o orçamento aprovado e tendo em vista uma distribuição que se pretende equilibrada por todas as Associações. Finalmente referiu estar disponível para explicar os critérios que são utilizados para a atribuição de subsídios na área do Desporto, embora esteja ciente que, se as Associações não se queixam, é porque concordam com os critérios e com os procedimentos para atribuições daqueles subsídios.-----

----- Pediu a palavra o Sr. Prof. Abel Carapêto, o qual referiu que, a bancada do PS não quer, de forma alguma, interferir com as competências da Câmara, que sabem serem próprias, nem pôr em causa o valor atribuído por cada subsídio. Por outro lado, o que está em causa sim, é que, por força da Lei, estão os Membros da Assembleia obrigados a votar a atribuição daqueles subsídios, sentindo-se no direito de saber, quais os critérios formais para atribuição dos mesmos, nomeadamente através de regulamento, tal como acontece com o regulamento de utilização de equipamentos desportivos, das piscinas e do campo de futebol.-----

----- Interveio, de novo, o Sr. Dr. Luís Pato, o qual reforçou a intervenção anterior sobre o facto de necessitar de dados concretos para poder proceder à votação sabendo exatamente em que é o que vota e porque é que vota. De seguida, referiu que tem conhecimento que algumas associações, nomeadamente ligadas à prática do atletismo, se queixam que não são informadas, questionou se as mesmas são de facto informadas dos procedimentos para atribuição de subsídios.-----

----- Foi, de seguida, dada a palavra ao Sr. Mário Miranda de Almeida, o qual recordou que já foi dito na presente sessão que, a Câmara é eleita, bem como os vereadores e que tudo é discutido nas reuniões de Câmara, onde estão presentes os vereadores do PSD e do PS, os quais concordam ou não e transmitem ou não aquelas decisões para as suas bancadas. Considerou assim aquela discussão uma perda de

tempo e concordando com as explicações dadas pelo Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, apelou ao bom senso. -----

----- Foi, de novo, dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual recordou que toda aquela discussão apenas acontece pelo facto de, por força da Lei, os subsídios atribuídos às Juntas de Freguesia devem ser aprovados pela Assembleia Municipal. Assim, e uma vez que já explicou quais os critérios utilizados, considera que a votação deve ser a favor ou contra e não de abstenção. Voltou ainda a referir que não há qualquer Lei que o obrigue à aprovação de um Regulamento para o efeito e que os subsídios atribuídos foram aprovados pela Câmara, com a presença de todos dos vereadores, local onde foram discutidos. Finalizou a sua intervenção afirmando que, tal como tem acontecido, continuará a ser transparente e a explicar os critérios usados para qualquer atribuição de subsídio na área do desporto. -----

----- Após algumas considerações, nomeadamente, quanto às suas responsabilidades políticas, o Sr. Prof. Abel Carapêto voltou a questionar sobre qual o problema de ser apresentado um Regulamento para a atribuição dos subsídios pontuais. -----

----- Interveio ainda o Sr. Dr. Luis Pato, o qual referiu, em nome da Bancada do PS, que, sempre que ocorrer um assunto idêntico, a posição dos elementos do PS será sempre de abstenção.-----

----- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Enf.º Maia Gomes, o qual informou novamente o que tem afirmado nas anteriores sessões sobre os critérios existentes, tanto para a área da Cultura como para a área do Desporto, critérios esses definidos no tempo em que foi vereador, os quais foram elaborados com a participação das associações do Concelho. Relativamente à apresentação de um Regulamento pelo

Executivo concordou que, efetivamente não há qualquer obrigação Legal nesse sentido, estando apenas sujeito à vontade do Executivo de criá-lo ou não.-----

----- Foi, de seguida dada a palavra ao Sr. Dr. Fernando Simão, o qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, se mostrou perplexo perante a intervenção do Sr. Presidente da Câmara. De seguida esclareceu que, efetivamente o que se pretende com a definição de critérios ou com a elaboração de um regulamento é a certeza de que, algumas entidades não sejam beneficiadas em relação a outras e que os critérios são os mesmos para todas.-----

----- Interveio ainda o Sr. João Paulo Vagos afirmando que o que está em causa são os apoios pontuais atribuídos às Juntas de Freguesia para eventos de caráter cultural ou desportivos, cujos critérios deveriam ser clarificados e expostos para que não haja qualquer dúvida no momento da votação. -----

----- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Enf.º Maia Gomes, o qual referiu que os critérios para os eventos pontuais estão expostos, quer para as atividades culturais quer para as desportivas, sendo eles, nomeadamente, a qualidade e a dimensão do evento, muito subjetivos de medir, pelo que deve prevalecer o poder discricionário do Executivo uma vez que foi para isso que foi eleito.-----

----- Deu, de seguida a palavra ao Sr. Pedro Macedo, o qual acrescentou que a Câmara atribui aqueles apoios despendendo do orçamento camarário existente para atividades relacionadas com o desporto à cultura, não tendo de prestar contas uma vez que foi eleito para fazer aquela gestão. Afirmou ainda compreender os Membros do Partido Socialista na busca da transparência naquelas situações, o que faz sentido por serem da oposição. Assim considerou que a discussão se está a extravasar e que seria no momento da aprovação do Orçamento que se deveriam questionar sobras as verbas atribuídas para as atribuições de subsídios.-----

----- Finalmente o Sr. Presidente da Câmara procedeu a uma recapitulação de tudo o que anteriormente disse, nomeadamente que : - Que não há qualquer lei que obrigue os Municípios a fazer um regulamento naquele sentido; - O que existe são normas definidas pelo Município que são seguidas há muitos anos; - Se existe uma verba em orçamento, essa verba tem que ser distribuída, de uma forma equitativa, pelas entidades quer sejam poucas ou muitas; - Tudo é conversado e público uma vez que vem plasmado nas atas da Câmara; - Todos são tratados de modo igual, com base nas despesas apresentadas, recebendo de forma equitativa.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 18 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Semana do Desporto de Ançã»**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 26 votos a favor e 8 abstenções.-----

----- De seguida o Sr. Presidente da Mesa, enfermeiro José Maria Maia Gomes informou que, do **Ponto 19 ao Ponto 25**, se tratam de propostas de correção de cabimentos a subsídios atribuídos a freguesias e solicitou a Sr.ª Vice-Presidente da Câmara que fizesse uma explicação global daqueles processos.-----

----- Tomou a palavra a Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Helena Teodósio, a qual recordou que, a 17/12/2014 a Assembleia Municipal deliberou aprovar os Acordos de Execução a celebrar com as Juntas de Freguesia, através dos quais foram atribuídas verbas a cada uma delas destinadas a várias intervenções. Acrescentou que, no final, após confrontação dos valores atribuídos e das despesas efetivamente comprovadas pelas referidas Juntas de Freguesia, verificou-se que, na maior parte dos casos, as verbas efetivamente gastas eram menores que as que foram atribuídas, havendo necessidade de descabimentar aquela diferença. De seguida e com base na informação apresentada pelos Serviços, constante do expediente enviado a todos os

Membros, informou, relativamente a cada Junta de Freguesia, quais os valores atribuídos e efetivamente gastos, bem como quais os valores a descabimentar.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foram colocados à votação, por se tratarem todos de propostas de descabimentação de verbas atribuídas às Juntas de Freguesias, e após acordado por todos os Membros presentes na sessão, os **Pontos 19 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de correção de cabimentos referentes a subsídios atribuídos à freguesia de Murtede / Acordos de Execução», 20 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de correção de cabimentos referentes a subsídios atribuídos à freguesia de Febres / Acordos de Execução», 21 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de correção de cabimentos referentes a subsídios atribuídos à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça / Acordos de Execução», 22 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de correção de cabimentos referentes a subsídios atribuídos à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Aquisição de Trato», 23 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de correção de cabimentos referentes a subsídios atribuídos à freguesia de Murtede / Subsídio para Obras», 24 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de correção de cabimentos referentes a subsídios atribuídos à freguesia da Tocha / Subsídio para Obras», 25 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de correção de cabimentos referentes a subsídios atribuídos à freguesia de São Caetano / Subsídio para Obras»,** os quais foram todos aprovados por unanimidade. -----

----- De seguida o Sr. Presidente da Mesa, enfermeiro José Maria Maia Gomes informou que os **Pontos 26 «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia da Tocha / Instalação de Circo no Largo da Feira da Tocha / Ocupação de Espaço Público» e 27 «Apreciação, discussão e votação**

da proposta de isenção de taxas à Freguesia da Sanguinheira / Desfile de Carnaval / Licença Especial de Ruído» tratam de propostas de isenções de taxas a Junta de Freguesia, e solicitou a Sr.^a Vice-Presidente da Câmara que fizesse uma explicação global daqueles processos.-----

----- Foi dada a palavra à Sr.^a Vice-Presidente da Câmara, Dr.^a Helena Teodósio, a qual informou que o ponto 26 refere-se a um pedido de isenção de taxas feito pela Junta de Freguesia da Tocha, para a instalação de uma tenda de circo no Largo, cuja taxa de ocupação da via pública era de 31,68 € e o ponto 27 a um pedido da Junta de Freguesia da Sanguinheira, para isenção das taxas da licença especial de Ruído para a realização do carnaval na Sanguinheira, no valor de 8,58 €.-----

----- Interveio o Sr. Filipe Figueiredo, o qual questionou sobre a possibilidade das associações, nomeadamente O Grupo Folclórico “Os Bairadinos de Ourentã”, também obterem isenção de taxas pela Câmara Municipal.-----

----- Respondeu o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura que, apenas vêm, para aprovação da Assembleia Municipal, as isenções de taxas concedidas às Juntas de Freguesias, mas que, se uma Associação solicitar isenções de taxas ao Executivo, a mesma será presente à Câmara Municipal para aprovação, sendo este o procedimento usual para todas as Associações.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 26 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia da Tocha / Instalação de Circo no Largo da Feira da Tocha / Ocupação de Espaço Público»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 27 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à**

Freguesia da Sanguinheira / Desfile de Carnaval / Licença Especial de Ruído»,
tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 28 - «Apreciação, discussão e votação da adenda ao Acordo de Execução de Delegação de Competências celebrado com a Freguesia de Sepins e Bolho / Triénio 2015-2017»:**-----

----- Foi dada a palavra à Sr.^a Vice-Presidente da Câmara, Dr.^a Helena Teodósio, a qual informou que, a adenda em causa decorre da Lei n.º 75/2013 que define a questão das competências e da delegação de competências para as Juntas de Freguesia. Acrescentou que, uma dessas competências tem a ver concretamente com os espaços verdes, sendo que, das 14 Freguesias existentes, 13 optaram por delegar esse tipo de função na INOVA – Empresa Municipal, com a exceção da União de Freguesias de Sepins e Bolho que quer assumir essa função para a própria Junta. Esclareceu assim que, a referida adenda, destina-se à manutenção pela respetiva Junta dos espaços verdes na área da União de Freguesias de Sepins e Bolho, a qual ascende a um pagamento anual, validado pela INOVA, E.M.-S.A., de 7.458,00 €, para o triénio de 2015/2017.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 28 - «Apreciação, discussão e votação da adenda ao Acordo de Execução de Delegação de Competências celebrado com a Freguesia de Sepins e Bolho / Triénio 2015-2017»,** tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 29 - «Comunicação dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica dada pela Assembleia Municipal na sua sessão de 17/12/2014 / Para conhecimento»:**-----

----- Foi dada a palavra à Sr.^a Vice-Presidente da Câmara, Dr.^a Helena Teodósio, a qual informou que, genericamente, constam da informação prestada os compromissos

plurianuais relativos às refeições escolares, a prestadores de serviços, a quota-parte da AREAC e aos auxílios económicos assumidos até 31/12/2015.-----

----- A Assembleia tomou conhecimento.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 30 - «Apreciação, discussão e votação da 1.ª Revisão ao Orçamento e GOP´s da Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2016»:**-----

----- Foi dada a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Helena Teodósio, a qual informou que houve necessidade de criar 3 rubricas novas, duas por imposição da DGAL, relacionadas com as despesas inerentes às senhas de presença da Assembleia Municipal e do Executivo, anteriormente processadas através da mesma conta e que serão desdobradas em “senhas de presença na Assembleia Municipal” e “senhas de presença da Câmara Municipal”, e a outra rubrica criada “despesa de capital” tem a ver com uma candidatura que se pretende fazer destinada aos equipamentos para a eficiência energética para as Piscinas Municipais.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 30 - «Apreciação, discussão e votação da 1.ª Revisão ao Orçamento e GOP´s da Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2016»**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 27 votos a favor e 5 abstenções.-----

----- Seguidamente, a bancada do Partido Social Democrata apresentou uma proposta para que todos os assuntos apreciados nesta sessão fossem aprovados em minuta para efeitos imediatos. Esta proposta, após votação, foi aprovada por unanimidade. -----

----- Estando prestes a dar por encerrada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa, questionou se algum elemento do público queria usar da palavra, tendo pedido a palavra o Sr. Ferreira e o Sr. Paulo Soares. -----

----- O Sr. Ferreira referiu-se à falta de estacionamento junto à Igreja Matriz de Cantanhede para pessoas com falta de mobilidade e à falta de sombra e de aparelhos para prática de ginástica no Parque de S. Mateus. Os assuntos foram discutidos, tendo intervindo o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura e a Sr.^a Vice-Presidente da Câmara, Dr.^a Helena Teodósio os quais prestaram os esclarecimentos julgados convenientes.-----

----- O Sr. Paulo Soares, na qualidade de Presidente da Associação de Pais, referiu-se à organização do Jardim de Infância de Sepins e da Escola Primária do Bolho, nomeadamente quanto à falta de esclarecimentos sobre a mesma. Sobre o assunto interveio o Sr. Vereador do Pelouro da Educação, Dr. Pedro Cardoso o qual apesar de considerar que a Assembleia não é o local próprio para se discutir aquele assunto, prestou os esclarecimentos julgados convenientes. Interveio ainda o Sr. Presidente da Junta da União das Freguesias de Sepins e Bolho, Sr. Luís Arromba, o qual informou estar disponível, nas horas de expediente da Junta para discutir o assunto em causa.-----

----- Finalmente, sendo 18H55 horas, o Senhor Presidente da Assembleia deu a sessão por encerrada, da qual se lavrou a presente ata para constar, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

O Presidente:

O Primeiro Secretário:

A Segunda Secretária: